



**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PUBLICIDADE
INTERNACIONAL DESTINADO À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIAGENS, ALOJAMENTOS E OUTROS
SERVIÇOS CONEXOS**

TA_22_242_PQ_S_002_DAF

CADERNO DE ENCARGOS

novembro 2022

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso limitado por prévia qualificação, com publicidade internacional, para “**Prestação de Serviços de Viagens, Alojamentos e Outros Serviços Conexos**”, nos termos e conforme os requisitos e especificações técnicas constantes do **Anexo I** ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. A prestação de serviços irá ser realizada quer em território nacional, quer em deslocações ao estrangeiro, designadamente o serviço de transporte por qualquer via aérea, férrea e marítima), aluguer de veículos (rent-a-car), bem como o transporte de bagagem e outros serviços conexos complementares para a Águas do Tejo Atlântico, S.A., doravante designada Tejo Atlântico.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) concorrente(s), e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e seu Anexo I;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo prestador de serviços;
 - f) O clausulado contratual e respetivos anexos.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Prestador de Serviços, nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo Contratual

1. O contrato inicia-se no dia útil seguinte ao da sua outorga, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital, considerando-se outorgado na última data de aposição de assinatura e mantendo-se em vigor pelo prazo de 1 (*um*) ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos, se não for denunciado por nenhuma das partes com a antecedência de 30 (*trinta*) dias úteis, relativamente ao respetivo termo, até ao limite de 2 (*duas*) renovações, tendo um período máximo contratual de 3 (*três*) anos, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, tendo o prestador de serviços mais de um representante e outorgando o contrato em parte com assinatura(s) digital(is) e em parte com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á por si outorgado na data da última assinatura digital. Caso o prestador de serviços outorgue apenas com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á por si outorgado na data que tenha sido aposta conjuntamente com a(s) assinatura(s).
3. Caso o prestador de serviços outorgue apenas com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á por si outorgado na data que tenha sido aposta conjuntamente com a(s) assinatura(s).
4. Se, antes de decorrido o prazo acima mencionado, durante a sua vigência, se atingir o pagamento do preço total do contrato, operará o respetivo termo com a prestação dos serviços que a tal conduzam, e o contrato extinguir-se-á com o pagamento destes, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação deste.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Cláusula 4.^a

Obrigações do Prestador de Serviços

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivo anexo, que delem faz parte integrante constituem obrigações principais do prestador de serviços as seguintes:
- a) Prestar os serviços objeto do presente Caderno de Encargos, de acordo com as especificações técnicas constantes do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos;
 - b) Prestar aconselhamento à Tejo Atlântico na gestão dos orçamentos de viagens;
 - c) Garantir a aplicação da política de viagens da Tejo Atlântico;
 - d) Negociar com os fornecedores e detetar novas oportunidades de poupança;
 - e) Proceder à análise conjunta dos relatórios estatísticos de poupanças por viagem/estadia;
 - f) Controlar os desvios face aos objetivos a atingir e implementar as ações corretivas que se mostrem convenientes;
 - g) Coordenar com a Tejo Atlântico a uniformidade dos serviços;
 - h) Garantir o atendimento presencial e atendimento telefónico dos representantes da Tejo Atlântico, todos os dias úteis das 9 às 19 horas;
 - i) Garantir o atendimento da Tejo Atlântico, por correio eletrónico todos os dias úteis das 9 às 19 horas, assegurando um tempo máximo de 2 (*duas*) horas para envio de confirmação de receção dos respetivos pedidos;
 - j) Garantir que as respostas às reclamações e sugestões são inferiores a 5 (*cinco*) dias seguidos;
 - k) Assegurar a existência de um gestor de cliente, que possa ser contactado todos os dias úteis das 9 às 19 horas, no âmbito de questões técnicas e/ou comerciais decorrentes da prestação dos serviços;
 - l) Garantir o prazo máximo de 24 (*vinte e quatro*) horas para entrega de orçamentos e, em casos de urgência e imprevisibilidade expressamente invocadas pela Tejo Atlântico, o prazo máximo de 3 (*três*) horas para entrega de orçamentos;

- m) Garantir o prazo máximo de 24 (*vinte e quatro*) horas para envio dos bilhetes/vouchers após aprovação do orçamento e, em casos de urgência e imprevisibilidade expressamente invocadas pela Tejo Atlântico, o prazo máximo de 3 (*três*) horas;
 - n) Garantir que os preços apresentados não são superiores em mais de 25% (*vinte e cinco por cento*) face aos valores de mercado à data da apresentação do valor dos serviços solicitados;
 - o) Comunicar à Tejo Atlântico, logo que possível, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
 - p) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no sítio eletrónico https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf.
2. Sem prejuízo das sugestões que o Prestador de Serviços possa e deva fazer, a opção pelos meios de transporte, itinerários e alojamento a utilizar em cada viagem entre as hipóteses disponíveis para cada caso em concreto é uma prerrogativa da Tejo Atlântico.
3. A título acessório, o Prestador de Serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

- 1. No prazo de 2 (*dois*) dias a contar da entrega dos orçamentos nos termos da alínea l) da cláusula 4.^a, a Tejo Atlântico procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características e especificações técnicas definidas no **Anexo I** ao presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 2. Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar a Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
- 3. No caso de a análise a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características e especificações técnicas definidas no **Anexo I** ao presente caderno de encargos, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o prestador de serviços.

4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova análise, nos termos do n.º I.
6. Caso a análise a que se refere o n.º I comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características e especificações técnicas definidas no **Anexo I** ao presente caderno de encargos, deve ser enviado, no prazo máximo de 2 (dois) dias a contar do termo da análise, um e-mail com aceitação pela Tejo Atlântico.
7. O envio do e-mail a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características e especificações técnicas previstas no **Anexo I** ao presente caderno de encargos.
8. Com o envio dos bilhetes e vouchers por parte do prestador de serviços ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Tejo Atlântico.

Cláusula 6.ª

Conformidade dos serviços a prestar

1. No decorrer da prestação de serviços, a Tejo Atlântico procede à verificação da conformidade dos serviços prestados, no que respeita ao cumprimento das características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na verificação a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar à Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a verificação a que se refere o n.º I não comprovar a conformidade dos serviços realizados, com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** do presente caderno de encargos, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o prestador de serviços.
4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e

no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das especificações e requisitos técnicos exigidos.

5. Após a realização das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova verificação, nos termos do n.º I.
6. Caso a verificação a que se refere o n.º I comprove a conformidade dos serviços realizados pelo prestador de serviços, com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias no que respeita ao definido no **Anexo I** ao presente caderno de encargos, e que dele faz parte integrante, a Tejo Atlântico dá por aceite os serviços realizados, dando conhecimento ao prestador de serviços.

Cláusula 7.ª

Dever de sigilo

1. O prestador de serviços obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O prestador de serviços obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O prestador de serviços obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª

Tratamento de dados pessoais

- I. No caso de o prestador de serviços necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário

para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

2. O prestador de serviços não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O prestador de serviços deve cumprir rigorosamente as instruções do Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O prestador de serviços deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O prestador de serviços deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O prestador de serviços deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o prestador de serviços responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita do Tejo Atlântico, o prestador de serviços deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O prestador de serviços deve comunicar de imediato ao Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.

10. O prestador de serviços encontra-se adstrito a notificar de imediato o Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o prestador de serviços tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o Tejo Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao prestador de serviços, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o Tejo Atlântico:
- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O prestador de serviços obriga-se a ressarcir o Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do prestador de serviços e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do prestador de serviços é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 9.^a

Conservação de dados pessoais

1. O prestador de serviços deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico;
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o prestador de serviços apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 10.ª

Transferência de dados pessoais

O prestador de serviços não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se o prestador de serviços for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 11.ª

Dever de cooperação

1. O prestador de serviços deve cooperar com a Tejo Atlântico, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo prestador de serviços em representação da Tejo Atlântico;
 - b) Quando a Tejo Atlântico deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

Cláusula 12.^a

Preço base e preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço contratual não pode ser superior a 300.000,00€ (*trezentos mil euros*), para o período máximo de 3 (*três*) anos, de prazo de execução contratual.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 13.^a

Condições de pagamento

1. Os pagamentos serão efetuados de acordo e em função das quantidades efetivamente realizadas, tendo por referência a lista de preços unitários adjudicada, não existindo qualquer garantia de quantidade mínima de serviços a faturar.
2. A(s) quantia(s) devidas pela Tejo Atlântico, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção por esta das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas.
3. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a realização dos serviços, em cumprimento com disposto no Anexo I e na cláusula 5.^a do presente caderno de encargos.
4. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico, não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do prestador de serviços, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1 e 2, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços.
7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao prestador de serviços serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 14.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo prestador de serviços à Tejo Atlântico, emitidas em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida, nos termos do n.º 1 da cláusula anterior;
 - b) Indicar o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
 - c) Discriminar os serviços prestados e o respetivo valor;
 - d) Indicar o IVA à Taxa legal aplicável.
3. O prestador de serviços deve proceder à emissão das faturas em formato eletrónico (EDI), se tal lhe for aplicável, decorrente da aplicação e cumprimento da legislação em vigor para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos (Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei, n.º 123/2018, de 28 de dezembro, atualizado com o estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020 de 7 de Abril e com o despacho n.º 437/2020-XXII, do Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais de 09 de novembro) ou outra que venha a estar em vigor no decorrer do contrato.
4. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.;

5. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o prestador de serviços consultar a informação disponível em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>;
6. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora;
7. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não serão objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Tejo Atlântico:
 - Gestor do contrato: Diana Rosa
 - Morada: ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta. 1300-254 Lisboa
 - Telefone n.º +351 213 107 900
 - Correio eletrónico: geral.adta@adp.pt
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo prestador de serviços.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao prestador de serviços que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o prestador de serviços de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 16.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do prestador de serviços

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do CCP, o Prestador de Serviços pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Prestador de Serviços deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Prestador de Serviços, no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo Prestador de Serviços depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

Cláusula 17.^a

Sanções contratuais

- I. Sem prejuízo de outras previstas no CCP, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do prestador de serviços o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das alíneas h), i) e j) do n.º I da cláusula 4.^a e em função da gravidade do incumprimento, a Tejo Atlântico pode aplicar ao prestador de serviços uma sanção contratual até 100,00 € (*cem euros*);
 - b) Pelo incumprimento da alínea k) do n.º I da cláusula 4.^a e em função da gravidade do incumprimento, a Tejo Atlântico pode aplicar ao prestador de serviços uma sanção contratual até 50,00 € (*cinquenta euros*);

- c) Pelo incumprimento da alínea l) do n.º I da cláusula 4.ª e em função da gravidade do incumprimento, a Tejo Atlântico pode aplicar ao prestador de serviços uma sanção contratual até 300,00 € (*trezentos euros*);
2. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinte por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Tejo Atlântico pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º I, relativamente aos serviços objeto do contrato, cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
6. A Tejo Atlântico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;

- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo prestador de serviços, das suas obrigações contratuais, fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do CCP, não tendo o Prestador de Serviços direito a qualquer indemnização.

Cláusula 19.^a

Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP e no presente caderno de encargos, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe

incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso superior a 5 (cinco) dias consecutivos, na prestação de serviços;
 - b) Pela recusa na prestação de serviço;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Tejo Atlântico.

Cláusula 20.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

1. O prestador de serviços pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 21.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços, a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos, sem prejuízo de outros que sejam obrigatórios por lei:
 - a) Seguro de Responsabilidade Civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 22.ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 23.ª

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, entre o Gestor designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na cláusula 15.ª do presente Caderno de Encargos e o Prestador de Serviços, para os contatos identificados em declaração do Prestador de Serviços, nos termos do Anexo VII do Convite.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 24.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 25.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 26.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

Junta:

ANEXO I – Características e Especificações Técnicas da Prestação de Serviços

ANEXO I

Características e Especificações Técnicas da Prestação de Serviços

I. Agenciamento e fornecimento de viagens aéreas, incluindo o transporte, consulta, reserva e emissão de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais devendo ser garantidos os seguintes serviços:

- a) Disponibilização de uma plataforma eletrónica de consulta on-line das disponibilidades e custos com as viagens e alojamentos, devendo os voos em pesquisa corresponder ao máximo de companhias aéreas possíveis e permitir que as reservas sejam efetuadas on-line sem necessidade de pagamento imediato;
- b) Proceder à emissão dos bilhetes e vouchers eletrónicos respetivos;
- c) Pesquisa e disponibilização de informação sobre tarifas aéreas mais económicas, aplicáveis a cada deslocação;
- d) Apresentação de opções de voos diretos sempre que estas estejam disponíveis;
- e) Apresentação de opções de *low-cost* sempre que estas estejam disponíveis;
- f) Informar a Tejo Atlântico sempre que se verifiquem alterações de horários dos voos, cancelamentos ou greves que afetem a normal realização das viagens marcadas;
- g) Reservas e emissões de passagens aéreas nacionais e internacionais;
- h) Sempre que a Tejo Atlântico pretenda adquirir serviços que não estejam disponíveis on-line, a mesma solicitá-los-á via correio eletrónico ao prestador de serviços, que fornecerá orçamentos para esses serviços o mais rapidamente possível;
- i) Disponibilizar um ou vários técnicos que assegurarão as confirmações de todas as marcações necessárias;
- j) Disponibilização de toda a informação útil sobre a viagem, incluindo itinerários, serviços incluídos, moradas, horários, terminais, aeroportos, etc.;
- k) Disponibilização de informação detalhada sobre os custos associados, que permitam calcular o custo total da viagem, desde o início até ao destino final (incluindo custos com transferes e/ou transportes públicos que permitem a deslocação entre o terminal do aeroporto e o local do alojamento/evento);
- l) Apoio na elaboração de propostas de adesão a programas de fidelização das companhias aéreas a favor da Tejo Atlântico, sempre que existam;
- m) Prestar os esclarecimentos necessários relativamente aos valores indicados nas faturas ou proceder à emissão de nova fatura corrigida e equivalente, se necessário;
- n) Prestar aconselhamento na gestão dos orçamentos de viagens;
- o) Ser creditado pela International Air Transport Association (IATA);

- p) Manter acesso a um sistema de distribuição global (GDS - Global Distribution System);
- q) Todos os orçamentos/propostas e documentação de viagens deverão ser enviadas por correio eletrónico cujo (s) endereço (s) será (ão) indicado (s) no contrato, ou entregues presencialmente nas instalações da Tejo Atlântico.

2. Agenciamento e Fornecimento de alojamento incluindo consulta, reserva e emissão de vouchers, em territórios nacional e internacional, devendo ser garantidos os seguintes serviços:

- a) Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas de alojamento mais económicas, aplicáveis a cada deslocação;
- b) Privilegiar opções de alojamento próximas do local do evento relacionado com a viagem;
- c) Reserva e emissão de voucher de alojamento em território nacional e internacional;
- d) Emissão e envio de voucher eletrónicos, sempre que seja possível;
- e) Disponibilização de toda a informação útil sobre o alojamento, incluindo itinerários, serviços incluídos, moradas, horários, transporte, etc.;
- f) Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam calcular o custo total da estadia, desde o início até ao destino final (incluindo custos com transferes e/ou transportes públicos que permitam a deslocação entre o local de alojamento e o local do evento);
- g) Negociação de tarifas preferenciais em unidades hoteleiras, para utilização da Tejo Atlântico;
- h) Gestão e aplicação de tarifas negociadas com unidades hoteleiras;
- i) Apoio na elaboração de propostas de adesão a programas de fidelização das unidades hoteleiras a favor da entidade adjudicante, sempre que existam e se mostrem vantajosas para a Tejo Atlântico;
- j) Apoio na elaboração de propostas de adesão a programas de fidelização das companhias aéreas a favor da entidade adjudicante, sempre que existam e se mostrem vantajosas para a Tejo Atlântico.

3. Agenciamento e Fornecimento de viagens terrestres, incluindo o aluguer de viaturas (rent-a-car) – consulta, reserva e emissão de vouchers de aluguer de viatura em territórios nacional e internacional, designadamente nos países de destino das viagens aéreas, devendo ser garantidos os seguintes serviços:

- a) Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas de aluguer de viaturas mais económicas, aplicáveis a cada deslocação;

- b) Toda a informação dos serviços de aluguer de viaturas (rent-a-car) deverá ser preferencialmente fornecida em modo eletrónico, disponibilizando toda a informação de custos e serviços associados ao transporte em causa;
- c) O serviço de aluguer de viaturas (rent-a-car) poderá ser reservado com viaturas do tipo ligeiro de passageiros de 5, 7 ou 9 lugares e/ou ligeiras de carga, tipo furgão, preferencialmente a gasóleo;
- d) Disponibilização de toda a informação útil sobre o aluguer, incluindo serviços, moradas, etc.;
- e) Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados que permitam calcular o custo total da viagem, desde o início até ao destino final;
- f) Negociação de tarifas preferenciais com empresas de rent-a-car a nível nacional e internacional;
- g) Apoio na elaboração de propostas de adesão a programas de fidelização das empresas de rent-a-car a favor da Tejo Atlântico, sempre que existam e se mostrem vantajosas para a mesma.

4. Fornecimento de outros serviços complementares incluindo transferes, vistos e/ou entrega de documentação, devendo ser garantidos os seguintes serviços:

- a) Os transferes referentes ao transporte entre o terminal aéreo ou ferroviário e o hotel;
- b) Serviço de pedido de vistos em nome do(s) “viajante(s)”;
- c) Entrega de documentação física ou eletrónica (bilhete de comboio, vouchers, vistos) nas instalações da entidade adquirente, ou em locais a definir caso a caso.
- d) Alteração ou cancelamento de bilhete de voos Nacionais ou Internacionais;
- e) Alteração ou cancelamento de títulos de transporte ferroviário Nacional ou Internacional;
- f) Alteração ou cancelamento de vouchers de aluguer de viaturas em território Nacional ou Internacional;
- g) Alteração ou cancelamento de transferes, vistos ou documentação.